

Superior Tribunal de Justiça

RE nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 419.651 - RS (2002/0029616-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : JARDINE ASSESSORIA FINANCEIRA E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADOS : PAULO JOSÉ KOLBERG BING E OUTRO(S) - RS014434
LEONARDO HENRIQUE M. DE OLIVEIRA - DF016746

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pela FAZENDA NACIONAL (UNIÃO) com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 373):

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSTO DE RENDA. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO-BASE 90. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE. PRECEDENTES.

"Perfeitamente válida e legal a aplicação do IPC, ao invés do IRVF e dos demais índices utilizados na atualização do BTN Fiscal, para correção monetária das demonstrações financeiras do ano-base de 1990, exercício de 1991, por ter sido o índice que refletiu a inflação do período, e por não atentar contra os princípios constitucionais tributários" (REsp. 133069/SC).

Recurso especial conhecido e provido, com a ressalva do ponto de vista do Relator.

Agravo regimental desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados a teor da seguinte ementa (fl. 390):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO.

1. Não há como prosperar a pretensão da embargante, pois não se vislumbra a ocorrência das hipóteses previstas no artigo 535 do CPC.

2. Os embargos de declaração não se prestam para efeito de prequestionamento.

3. Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 393/402), sustenta a parte recorrente violação ao art. 97 da Constituição Federal, por ter o julgado atacado afastado a aplicação do art. 3º, I, da Lei nº 8.200/1991 sem reserva de plenário.

Aduz violado também o art. 150, III, "a" e "b" da Constituição Federal, porque infringidos os princípios da anterioridade e irretroatividade da lei tributária.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 480/486.

O Recurso Extraordinário foi admitido em 17 de março de 2005 pelo Ministro Edson Vidigal, então Presidente deste Superior Tribunal de Justiça (fls. 491/492).

No Supremo Tribunal Federal, foi proferida decisão (fl. 518), determinando a volta dos autos a esta Corte para aplicação do art. 543-B do então vigente Código de

Superior Tribunal de Justiça

Processo Civil.

O Ministro Felix Fischer, então Vice-Presidente, determinou o sobrestamento do Recurso Extraordinário, em 12 de novembro de 2010 (fls. 522/523), no aguardo de acórdão a ser proferido no RE nº 545.796/RG/RJ, na sistemática da repercussão geral.

Julgado o Tema 298/STF, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

No julgamento do RE n. 545.796 RG/RJ, sob a sistemática da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que "É constitucional a sistemática estabelecida no artigo 3º, inciso I, da Lei 8.200/1991 para a compensação tributária decorrente da correção monetária das demonstrações financeiras de pessoas jurídicas no ano-base 1990". (Tema 298/STF).

Confira-se, a propósito, a ementa do julgado:

Recurso extraordinário. 2. Constitucional e tributário. 3. Controvérsia acerca do diferimento promovido pela Lei 8.200/1991 para compensação tributária decorrente de correção monetária das demonstrações financeiras das pessoas jurídicas do ano-base de 1990. 4. Correção monetária do balanço patrimonial. IPC e BTN. 5. Reafirmação da mesma tese fixada por esta Corte no julgamento do RE 201.512/MG, Rel. para o acórdão Min. Cármen Lúcia, DJe 11.4.2016, no sentido de reconhecer a constitucionalidade do 3º, I, da Lei 8.200/1991. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

(RE 545796, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 25/10/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-255 DIVULG 21-11-2019 PUBLIC 22-11-2019)

Nestes autos, contudo, infere-se do acórdão recorrido que a Turma julgadora, ao manter a decisão que dera provimento ao recurso especial do contribuinte, concluiu, ressaltando o entendimento do relator, que não se coadunam com o sistema jurídico pátrio as limitações impostas o artigo 3º, inciso I, da Lei 8.200/91 e nos artigos 39 e 41 do Decreto 332/91, nos termos do precedente invocado (REsp 133069/SC).

Assim, verifica-se que o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, em princípio, destoa da manifestação exarada pelo Supremo Tribunal Federal em regime de repercussão geral (Tema 298/STF), sendo hipótese, portanto, do encaminhamento dos autos à Turma para que, caso assim entenda, exerça eventual juízo de retratação.

Ante o exposto, **encaminhem-se os autos à Turma julgadora para eventual juízo de retratação**, nos termos do artigo 1.030, inciso II, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente